

No plenário, uma coleção de derrotas do Executivo 245

Desde a convocação extraordinária do Congresso para o exame das Medidas Provisórias do Plano Cruzado Novo, no fim de janeiro, o Governo sofreu as seguintes derrotas:

■ **Privatização** — Rejeição das duas Medidas Provisórias.

■ **Organização do Executivo** — Por acordo entre as lideranças e o Governo, a Medida original que dispunha sobre o tema foi substituída por uma enviada pelo Presidente interino da República, Deputado Ulysses Guimarães.

■ **Funcionalismo** — Por decisão isolada do Presidente interino do Senado, José Ignácio (PMDB-ES), a Medida Provisória preventiva a demissão de servidores foi devolvida ao Executivo.

■ **Plano Cruzado Novo** — A Medida Provisória número 32, com as propostas fundamentais do Plano Cruzado Novo (congelamento de preços, salários, câmbio, etc) foi negociada entre o Governo e o Legislativo, que introduziu alterações.

■ **Cartórios eleitorais** — Derrubado o veto presidencial ao projeto de transformação de cargos nas secretarias dos Tribunais Regionais Eleitorais (os "cartórios eleitorais").

■ **Registro do Comércio** — Também foi derrubado o veto presidencial ao projeto que dispõe sobre a retribuição dos serviços de registro do comércio e tabelas de multas.

■ **Extinção de órgãos** — Decreto-legislativo derrubou o decreto do Executivo que extinguia o Geipot, a EBTU e a Emater. Um outro decreto-legislativo derrubou o da extinção do Incra.

■ **Lloyd** — Decreto-legislativo sustou a privatização da Companhia de Navegação Lloyd Brasileiro e recriou a Empresa de Navegação da Amazônia (Enasa), a Companhia de Navegação do São Francisco (Frana), o Serviço de Navegação da Bacia do Prata (SSNPB) e a Companhia Siderúrgica da Amazônia (Siderama).